PODER

PEC da Segurança é o 1º cabo de guerra pós-eleição

Matéria deve ser votada hoje no Senado. Principal confronto é relacionado à inclusão da redução da maioridade penal. Bolsonaristas não admitem deixar o tema para depois e aliados de Lula querem aprovação daquilo que veio da Câmara

» DANANDRA ROCHA

Andressa Anholete/Agência Senado



Para Teresa, redução da maioridade não deve barrar avanço da PEC. Já Izalci diz que população exige discussão da dimuição da responsabilidade penal

O primeiro embate pós-eleições entre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a oposição no Senado será por causa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. A matéria está prevista para ser analisada pelo Plenário da Casa hoje, a partir das 16h, em uma sessão que antecipa visões opostas sobre tema como combate ao crime organizado e redução da maioridade penal. Enquanto a base governista trabalha para aprovar o texto tal como foi aprovado pela Câmara dos Deputados, parlamentares bolsonaristas e associados de outros partidos além do PL forçam a incorporação à proposta de mudanças que diminuem a idade de responsabilização penal.

A líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), afirmou ao **Correio** que a expectativa do Palácio do Planalto é garantir a aprovação da PEC conforme a versão aprovada pelos deputados. Apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter afirmado, durante a campanha presidencial, ser favorável à redução da maioridade penal somente para crimes hediondos, a estratégia dos governistas consiste em rejeitar as emendas apresentadas pela oposição, especialmente aquelas que tratam do tema. A preocupação maior é evitar modificações no conteúdo da proposta, o que obrigaria o texto a retornar à Câmara e prolongaria a tramitação de uma das principais iniciativas do Palácio do Planalto na área da segurança pública.

A votação representa um teste para a articulação política do governo no Congresso em um cenário de polarização agravado com a fuga do senador e presidenciável Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para os Estados Unidos. A oposição pretende aproveitar a discussão para pressionar o Planalto a assumir uma posição mais enfática sobre a responsabilização de adolescentes envolvidos em crimes violentos. Sobretudo, cobrará a afirmação de Lula na sabatina da Globo, no segundo turno, quando disse: "Meu pensamento, enquanto cidadão brasileiro, todo e qualquer crime hediondo, sou favorável a diminuir a pena para crimes hediondos", afirmou.

Debates separados

Apesar da posição assumida pelo presidente quando disputava a reeleição, o governo tenta separar a discussão sobre o endurecimento das punições da proposta de alteração da maioridade penal. Os aliados do Palácio do Planalto pretendem manter a PEC focada na reorganização do sistema de segurança pública — a mudança na idade de responsabilização seria feita numa discussão específica. A posição, no entanto, não é consenso entre os próprios petistas, que enfrentam divergências internas sobre deixar para depois a discussão de uma medida que tem respaldo na opinião pública.

O impasse já havia provocado o adiamento da análise da proposta no Senado. A PEC estava prevista para ser votada em 15 de outubro, mas foi retirada da pauta pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), diante da falta de entendimento entre governistas e oposicionistas. A divergência se concentrou nas emendas que alteram a maioridade, considerada pela oposição uma resposta necessária à escalada da violência, mas vista pelo governo como uma mudança que pode comprometer a aprovação da proposta principal.

A emenda apresentada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição, propõe reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos como regra geral, e para 14 anos nos casos de crimes graves. O texto recebeu o apoio de outros parlamentares, como o próprio Flávio Bolsonaro. O líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), também apresentou um destaque para que a emenda seja votada separadamente, permitindo que os senadores se posicionem de forma específica sobre a mudança.

Os bolsonaristas e seus aliados sustentam que a alteração é necessária para endurecer a legislação diante de crimes cometidos por adolescentes. A posição da oposição encontra respaldo em levantamentos de opinião pública. Pesquisa Datafolha realizada em junho de 2026 apontou que 79% dos brasileiros são favoráveis à redução da maioridade penal. Outros 17% se declararam contrários à medida, enquanto 3% disseram não saber e 1% se declarou indiferente. O resultado é utilizado por defensores da proposta como argumento para pressionar o Congresso a avançar na discussão.

"Não podemos deixar de enfrentar uma questão fundamental: a maioridade penal. A oposição vai insistir na votação da emenda que prevê a redução de 18 para 16 anos como regra geral e para 14 anos em crimes graves, como homicídio, estupro, tráfico de drogas e terrorismo. Não podemos continuar permitindo que criminosos se aproveitem da legislação para recrutar menores e cometer crimes com a certeza da impunidade. Precisamos de uma legislação mais rigorosa, que dê uma resposta firme à criminalidade. Segurança pública exige coragem e responsabilidade", cobrou o senador Izalci Lucas (PL-DF), líder da oposição no Congresso.

No PT, a possibilidade de alterar a idade de responsabilização penal não é consenso. Uma ala da legenda considera que o governo deveria apresentar uma alternativa capaz de absorver parte da demanda por maior rigor penal. Nesse contexto, o senador Camilo Santana (PT-CE), líder do partido na Casa, apresentou proposta que prevê a redução da maioridade para 16 anos exclusivamente nos casos de crimes hediondos. Outra parcela do partido sustenta que a redução da maioridade contraria a posição histórica da legenda e pode representar um retrocesso na política de proteção aos adolescentes.

A PEC exige o apoio de pelo menos 49 dos 81 senadores, o equivalente a três quintos da composição da Casa, em dois turnos de votação. Um calendário especial aprovado anteriormente permite que os parlamentares acelerem a tramitação e realizem as duas etapas no mesmo dia, mediante a quebra do intervalo regimental entre os turnos. A iniciativa busca viabilizar a conclusão da análise ainda hoje, embora a votação dependa do entendimento entre as lideranças.

Principais pontos

A proposta apresentada pelo governo busca estabelecer uma estrutura para ampliar a coordenação da segurança pública. O texto prevê a inclusão do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) na Constituição e define mecanismos de cooperação entre União, unidades da Federação e municípios.

» A integração entre as forças é um dos principais eixos da PEC. A proposta pretende criar forças-tarefa conjuntas, o compartilhamento de informações e provas e a integração de sistemas. O objetivo é ampliar a atuação das instituições no enfrentamento ao crime organizado, especialmente em operações que ultrapassam os limites territoriais dos estados.

» O texto amplia as atribuições da Polícia Rodoviária Federal, que poderá policiar ferrovias e hidrovias federais. A medida aumenta a presença da corporação em áreas estratégicas para a circulação de mercadorias e para o funcionamento de estruturas das organizações criminosas.

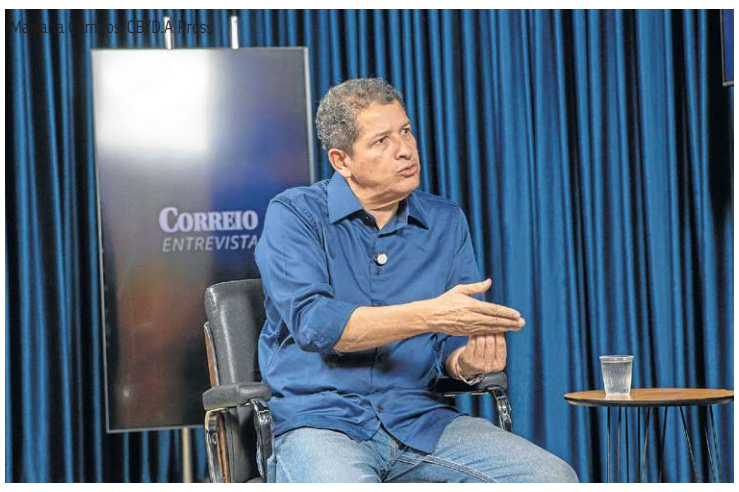
» Outro ponto é o endurecimento das regras aplicáveis a integrantes de facções criminosas, milícias e organizações paramilitares. A proposta sugere medidas diferenciadas de cumprimento de pena conforme a posição hierárquica dos envolvidos, além de restrições à progressão de regime e a determinados benefícios processuais.

» A PEC também estabelece a possibilidade de cumprimento de penas em presídios de segurança máxima para lideranças de organizações criminosas. Entre as medidas previstas estão o confisco de bens vinculados à atividade criminosa e mecanismos de proteção a denunciantes e familiares. (DR)

Ex-secretário assegura: texto "evoluiu muito"

» RENATO SOUZA

Mariana Cunha/CB/D.A Press



Para Sandro, Ministério da Segurança deve ter um especialista à frente

O Senado deve votar hoje a Proposta de Emenda à Constituição que altera profundamente a organização da segurança pública no país, endurecendo o tratamento às organizações criminosas e às milícias, além de ampliar a participação do governo federal no setor. Em entrevista ao *CB.Poder* — uma parceria entre o **Correio** e a TV Brasília —, o delegado federal Sandro Avelar, ex-secretário da Segurança Pública do Distrito Federal, destaca que o texto evoluiu bastante nos últimos meses. Ele defende a aprovação da medida, ressaltando a importância de preservar a participação dos estados, para combater a criminalidade no país.

Segundo Sandro, a proposta inicial, enviada ao Congresso pelo governo federal, tinha muitos problemas, por não ter sido discutida com os governos estaduais e do DF. No entanto, ele afirma que esses erros foram sendo resolvidos ao longo da tramitação da proposta no parlamento.

"Houve uma grande evolução desde a apresentação da primeira proposta. A primeira versão não foi discutida com os estados e houve muita crítica. A proposta tinha alguns aspectos positivos, como a constitucionalização do Susp (Sistema Único de Segurança Pública), que foi mantido pelo Congresso, e a constitucionalização dos fundos de segurança pública e do fundo do sistema penitenciário, que não poderiam ser contingenciados, disse ele.

Segundo Sandro, o texto "dava ao governo federal a possibilidade de assumir a segurança sem participação dos estados. Pedimos para deixar claro que as polícias militares e civis continuariam subordinadas aos governadores e isso foi atendido. Dos 27 estados, 26 endossaram a PEC, como sendo a proposta destes 26 governadores".

Na conversa com os jornalistas Mila Ferreira e Marcelo Agner, o ex-secretário destacou que o país precisa enfrentar o crime organizado para reduzir os índices criminais. Na visão dele, isso deve ser feito com a integração das forças policiais. "Há um avanço (na PEC) por várias razões. Uma delas é o enfrentamento direto ao crime organizado, com a mudança da legislação penal e processual penal em relação aos que estão envolvidos no crime organizado e milícias. Ela prevê que as polícias possam trabalhar conjuntamente nas esferas da União, dos estados e dos municípios", destacou.

Financiamento

Sandro destacou que é importante pensar em como a segurança pública será financiada. Ele lembrou que havia uma possibilidade de parte dos impostos arrecadados com bets serem usados para este fim. No entanto, com a proibição das casas de apostas, ele lembra que outras alternativas precisam ser pensadas. Uma das ideias ventiladas é o chamado imposto do pecado, previsto na Reforma Tributária e que aumenta a aplicação de alíquotas sobre produtos nocivos — como cigarro e bebidas.

Uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é a recriação do Ministério da Segurança Pública. A pasta chegou a existir no governo do ex-presidente Michel Temer, período em que o Brasil observou o maior tombo das mortes violentas no país dos últimos 50 anos. Mas, nos governos seguintes, de Jair Bolsonaro e o atual, foi extinta e as atribuições repassadas ao Ministério da Justiça.

"Temos que acabar com essa ideia de que alguém que não é ligado à segurança pública tenha capacidade de cuidar desta área tanto quanto uma pessoa que é. Essa é a maior preocupação do brasileiro no âmbito do governo federal. Essa área é como se fosse um puxadinho do Ministério da Justiça. Isso é um erro grosseiro, que foi corrigido no governo Temer. O Raul Jungmann fez um grande trabalho. É lamentável que na mudança de governo tenham acabado com isso", criticou.